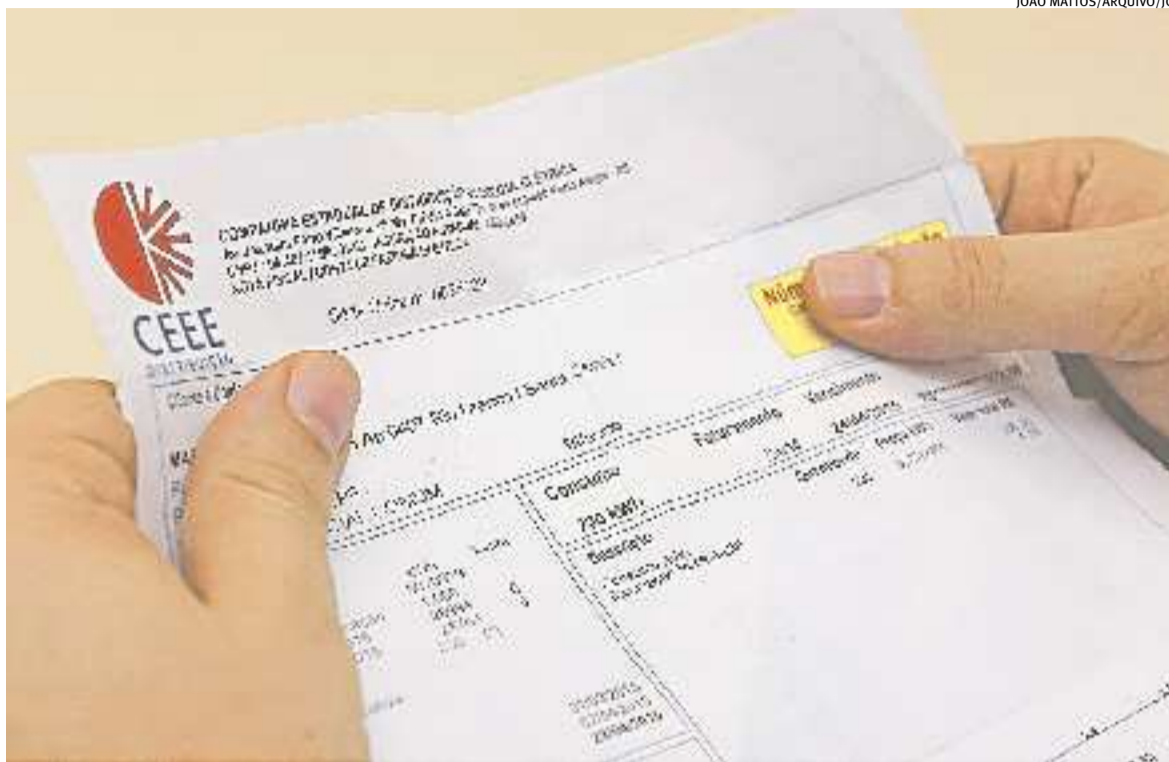


Economia

ENERGIA



JOÃO MATTOS/ARQUIVO/JC

Tarifas aprovadas em novembro de 2016 seguirão valendo até que a concessionária pague a sua dívida

Aneel adia o reajuste da CEEE-D previsto para hoje

Inadimplência da estatal posterga aumento, que será de cerca de 30%

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O reajuste da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) era para vigorar a partir de hoje, porém a estatal terá que esperar um pouco mais para alterar suas tarifas. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) impediu a correção, porque a distribuidora está inadimplente com encargos do setor elétrico. As tarifas aprovadas em novembro do ano passado continuarão valendo até que a concessionária pague a sua dívida.

O secretário de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, Artur Lemos Júnior, adianta que a companhia está buscando o parcelamento dos débitos com os agentes envolvidos para cumprir esses compromissos. A inadimplência é de aproximadamente R\$ 600 milhões e diz respeito a tópicos como energia proveniente de Itaipu, Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

O presidente do Grupo CEEE, Paulo de Tarso Pinheiro Machado, complementa que já está sendo elaborada uma operação financeira para sanar os débitos. O dirigente projeta que a questão será resolvida até dezembro,

possibilitando que o reajuste da distribuidora, que terá um efeito médio de cerca de 30%, segundo Pinheiro Machado, seja efetivado ainda neste ano.

Conforme nota técnica da Aneel, parte desse elevado aumento é justificada devido à “retirada dos componentes financeiros considerados no reajuste tarifário anual de 2016”. Somam-se a isso fatores como os custos de geração e transporte de energia, que fazem com que o incremento das contas de luz da CEEE-D chegue a um patamar tão alto neste ano.

O presidente da estatal comenta que esses “componentes financeiros” que foram removidos dizem respeito a questões envolvendo a CVA - conta de compensação de variação de valores de itens de parcela “A” das concessionárias de distribuição de energia. No ano passado, a estatal teve uma redução média das suas tarifas na ordem de 16,28%.

O diretor da Siclo Consultoria em Energia, Paulo Milano, recebeu a notícia que a Aneel adiou a vigência do reajuste da distribuidora com surpresa e preocupação. O consultor destaca que a companhia já não estava bem financeiramente e que essa determinação da Aneel, se perdurar por muito tempo, irá impactar as receitas da compa-

nhia. “É bom a curto prazo para o consumidor; mas, logo depois, ele vai ter que pagar a conta disso”, adverte. Milano argumenta que um dos reflexos é a tendência de multiplicar os problemas quanto ao serviço prestado e, mais cedo ou mais tarde, o reajuste virá.

Essa situação envolvendo o reajuste da distribuidora gaúcha ocorre justamente em um momento em que o governo do Estado frisa as dificuldades financeiras da empresa e tenta privatizá-la. O presidente da Frente Parlamentar pela Manutenção e Fortalecimento do Grupo CEEE, deputado estadual Ciro Simoni (PDT), afirma que, enquanto a companhia não tiver o seu reajuste, estará enfraquecendo.

“Se o Estado está pensando em reduzir a capacidade de prestar seus serviços e, com isso, a empresa perder sua concessão, o Estado é que terá o grande prejuízo”, alerta o parlamentar. Simoni sugere que a estatal, para resolver seus dilemas financeiros, precisa vender alguns ativos, porém não ser privatizada. O deputado não acredita que possa estar havendo um “sucateamento” proposital da estatal para o governo ter argumentos para alienar a companhia. “Sucatear a empresa seria fazê-la perder valor”, reitera.

Itaipu atinge marca histórica de produção antes do previsto

A usina de Itaipu atingiu ontem a marca de 2,5 bilhões de megawatts-hora (MWh) de energia acumulada desde que a hidrelétrica entrou em operação, em maio de 1984. A marca histórica estava prevista para ocorrer hoje, mas, com o aumento do volume de chuvas nos últimos dias, a usina ampliou sua produção, antecipando o marco.

Já estava marcada para hoje uma cerimônia comemorativa sobre a marca histórica com a presença do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, além de toda a dire-

toria da Itaipu, e foi mantida. Também são esperados os ministros de Energia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que estão em Foz do Iguaçu para uma reunião de trabalho.

Conforme destacou Itaipu, com essa produção acumulada, seria possível iluminar o Brasil por 5 anos e 3 meses, o Paraguai por 176 anos e a Argentina por 19 anos. Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, a Itaipu Binacional registrou em 2016 o recorde mundial de 103 milhões de MWh gerados, abastecendo 17% do consumo do Brasil e 76% do Paraguai.

ITAIPU/DIVULGAÇÃO/JC



Usina alcançou ontem os 2,5 bilhões de megawatts-hora

Belo Monte pode parcelar dívida relacionada a risco hidrológico

A usina de Belo Monte terá direito a parcelar dívidas relacionadas ao risco hidrológico. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu que a empresa poderá pagar os valores devidos em até seis meses, a partir de janeiro, com correção monetária (IGP-M mais 1% ao mês).

Responsável pela usina, a concessionária Norte Energia queria repassar os valores relacionados ao risco hidrológico para as tarifas, pagas pelo consumidor. Neste ano, de janeiro a agosto, a usina já desembolsou R\$ 2,1 bilhões. Em setembro, a empresa entrou com uma ação na Justiça para não pagar mais a dívida até que a Aneel tomasse uma decisão sobre o assunto.

A dívida é uma consequência da seca. Com a falta

de chuvas, o governo obriga as usinas a poupar água em seus reservatórios e, consequentemente, a produzir menos energia. Quando o conjunto de hidrelétricas produz menos do que sua garantia física (quantidade de energia que as usinas podem vender), elas são obrigadas a comprar o que deixaram de gerar no mercado à vista, a preços mais altos.

A Aneel negou o pedido da usina, mas propôs as mesmas condições apresentadas para outros agentes do setor elétrico para parcelar os débitos do risco hidrológico. As condições vão valer de setembro a dezembro, e a estimativa da companhia é que os valores atinjam entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões nesse período.